
O conceito de *phantasia kataléptiké* na lógica estoíca The concept of *phantasia kataléptiké* in stoic logic

Mariângela Areal Guimarães
Doutoranda em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Bolsista da CAPES

Resumo: A proposta deste artigo consiste em analisar o conceito de *phantasia kataléptiké*, termo traduzido por “representação compreensiva”, qualificada como critério de verdade, na teoria do conhecimento estoíca. Esta análise irá nos conduzir a um dos problemas centrais da lógica no antigo estoicismo, principal alvo dos críticos de sua epistemologia. Trata-se da oscilação entre o objetivismo e o subjetivismo do critério de verdade. Este artigo examinará essa possível ambigüidade ao se tratar especificamente do modo como o homem conhece, segundo a teoria estoíca do conhecimento. A questão será desenvolvida tendo em vista que, por um lado, o processo cognitivo reflete a idéia de um estado passivo da alma imposto pela evidência objetiva; e, por outro lado, a atividade da alma é caracterizada como uma articulação do pensamento, que resulta de uma relação de forças entre a alma e o objeto. Assim sendo, encontramos dois aspectos que apontam para a oscilação supracitada, obscurecendo a relação em que se encontram. Primeiro, um aspecto empírico em que o conhecimento resulta das experiências sensíveis, o que leva a uma característica objetiva. Segundo, um *logos* que é causa dos sentidos, aspecto indicativo de subjetividade. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, inicialmente será feita uma abordagem acerca da caracterização da lógica estoíca, essencialmente como elemento constitutivo para elaboração e fundação do critério de verdade. Em seguida, será analisado o processo do conhecimento, indicando que tendo a representação compreensiva como critério de verdade, o conhecimento é possível. Finalmente, pretende-se verificar que, ao contrário do que possa parecer, o critério de verdade constitui-se por uma síntese entre o sensível e o inteligível, descaracterizando assim, sua suposta ambigüidade.

Palavras-chave: representação compreensiva; estoicismo; lógica; critério de verdade; alma

Abstract: The aim of this paper is to analyse the concept of *phantasia kataléptiké*, term usually translated as “cognitive presentation”, qualified as a criterion of truth, in the stoic theory of knowledge. This analysis will lead us to one of the central problems of logic in ancient stoicism, considered the main target of critics to this epistemology, namely, the oscillation between objectivism and subjectivism of the criterion of truth. This paper will examine this possible ambiguity when dealing specifically the issue of how the man knows, according to the stoic theory of knowledge. The subject will be developed keeping in mind that on the one hand, the cognitive process reflects a passive state of the soul imposed by objective evidence and, moreover, the soul's activity is characterized as an articulation of thought, which results in a balance of power between the soul and the object. Thus, we find two aspects that point to the oscillation above, obscuring the relationship between them. First, an empirical aspect which is that knowledge results of sensory experiences, which leads to an objective characteristic. Second, a *logos* that is the cause of sense, an aspect indicative of subjectivity. For the development of this research, there will initially be an approach on the characterization of stoic logic, mainly as a constitutive element for the working out and foundation of the criterion of truth. Then, it will be analyzed the process of knowledge, indicating that having a cognitive presentation as a criterion of truth, knowledge is possible. Finally, we intend to verify that, contrary to what it may seem, the criterion of truth is constituted by a synthesis between the sensible and intelligible, thus depriving, this relationship of its supposed ambiguity.

Key words: cognitive presentation; stoicism; logic; criterion of truth; soul

Segundo a teoria do conhecimento estóica, o homem, ao nascer, tem a alma em branco¹, ou seja, não possui nenhum conhecimento prévio e, por ação da experiência, a partir das impressões que vão sendo marcadas em sua alma, vai adquirindo seus conhecimentos. A primeira ocorrência da impressão dá-se em consequência da percepção sensorial, decorrente de uma ação real sobre os órgãos sensoriais. Essas impressões são registradas na alma, e repetidos registros da mesma impressão conduzem à formulação dos conceitos. De acordo com essa teoria, da simples observação de objetos distintos e sucessivos, encaminha-se para um primeiro modo de organização mental da realidade múltipla, fundado na repetição e semelhança das representações. De certo modo, a primeira vista, podemos interpretar erroneamente que os estóicos não consideravam impressões que não fossem aquelas relacionadas aos objetos sensíveis. Não é o caso de assim considerarmos, uma vez que, eles admitiam processos mentais de origens diferentes como, por exemplo, por semelhança, analogia e transposição. Por outro lado, indicaram ainda que a afirmação de que cada impressão tem um objeto causador correspondente, não implica que cada impressão será igualmente uma indicação do objeto clara e distintamente, pois, segundo eles, a impressão pode ser uma ilusão (*phantasma*)². Os estóicos distinguiram o termo *phantasia* do termo *phantasma* da seguinte maneira: *phantasma* é uma visão do pensamento, tal qual aquela que se apresenta ao espírito em sonho. A *phantasia* é uma marca na alma, isto é, uma representação produzida na alma por um objeto realmente existente. No entanto, para que o homem tivesse consciência de qualquer objeto, este deveria ser “apresentado” a ele, e isso indica que as coisas absolutamente não-evidentes são sem interesse para a teoria estóica do conhecimento. Mas, embora, segundo eles, não haja o conhecimento verdadeiro de nada além das realidades sensíveis, esse conhecimento está o tempo todo penetrado de lógos e, portanto, disponível perante seu esforço sistemático.

No estoicismo, conforme exposição anterior, a base do conhecimento é a sensação (*aisthésis*), que resulta de uma impressão provocada pelos objetos sobre os sentidos, ou seja, algo que ocorre anteriormente ao processo intelectual. Essa impressão, que revela a

¹ Os textos de citações dos estóicos usados aqui são ARMIM, Von *Stoicorum Veterum Fragmenta*, (SVF), LAÉRCIO, Diógenes, *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, livroVII, (DL) e LONG, A. A. e SEDLEY D. N., *The hellenistic philosophers*, (LS). SVF II 83.

² DL VII, 50

presença do objeto, é transmitida à alma que gera a representação³. Com isso, indicamos que a representação não é puramente sensível. Ou seja, o que pode nos provar que uma representação corresponde verdadeiramente ao objeto, é o constante exercício da alma em conhecer suas particularidades. Para eles, a capacidade humana de formular conceitos é inata, pois derivam do conhecimento espontâneo procedente da percepção das coisas, mas o processo de elaboração dessa capacidade constitui-se a partir das primeiras experiências sensoriais com o mundo externo e com sua própria consciência. A partir dessa descrição, o processo cognitivo, que a princípio, pareceria refletir a idéia de um estado passivo da alma, ganha novos contornos. De fato, Zenão e Cleanto, entenderam a impressão como marcas materiais na alma. Sexto Empírico, em uma passagem do texto *Contra os matemáticos*⁴, revela-nos que ambos referiam-se à impressão como depressão e relevo, tal qual a marca feita pelos timbres na cera. Essa idéia, certamente, representa uma passividade da alma. Para Crisipo, essa interpretação parecia insustentável uma vez que dessa forma não seria possível explicar como a alma poderia receber ao mesmo tempo duas impressões diferentes, como acontece, por exemplo, ao observarmos simultaneamente, um triângulo e um quadrado. Crisipo considerava que a representação sensível, isto é, a imagem do real produzida na alma por ação de um objeto exterior, não ocorria apenas como a impressão de um objeto sobre a alma, mas como uma alteração na alma produzida pela impressão de um objeto exterior. Segundo ele, Zenão teria dito *typosis* (marca) como *heteroisis* (alteração)⁵. Essa alteração é comparável à transmissão de um som ou de uma cor. Produz-se um som que atravessa o ar que se propaga nos sentidos e na alma através de uma tensão no meio psíquico comparável à tensão no ar⁶. Ou seja, há um efeito, isto é, uma articulação do pensamento, que resulta de uma relação de forças entre a alma e o objeto⁷. A inteligibilidade da impressão deve-se a reação da mente às impressões pressupondo sua ocorrência. Então, o que é compreensível não é apenas a

³ A característica sensorial da representação defendida pelos estoícos deve-se fundamentalmente aos traços sensísticos e materialistas da sua gnosiologia. No entanto, é importante ressaltar a diferença entre os estoícos e os epicuristas. Estes indicavam a sensação como único critério de verdade. Mas para os estoícos, a sensação consistia apenas no momento inicial do processo cognitivo.

⁴ DL VII 228. *kata eisokhèn te kai dia tôn dakylion ginomenèn tou kèrou typòsin*

⁵ SEXTO EMPÍRICO (SE), *Contra os matemáticos* VII 224-331(SVF II 56) *phantasia estin heteroisis*

⁶ SVF II 234, 21

⁷ DL VII 49, SVF II 23, 8. A impressão guia o caminho; então o pensamento, que está apto a falar, expressa no discurso o que experimentou como resultado da impressão.

impressão, mas também o que a causou, que no caso da representação qualificada como compreensiva, conceito que analisaremos em seguida, é o objeto real. Portanto, assentindo à impressão, assentimos ao objeto. Podemos entender que a impressão por si só não fornece todas as informações necessárias para a compreensão do objeto. O que a impressão, segundo os estóicos, pode garantir é sua correspondência com a realidade. Por fim, a conclusão desse processo cognitivo dá-se com a articulação feita pelo homem acerca da impressão recebida, resultando na representação compreensiva. Com isso, podemos estar de acordo, a partir da concepção de Crisipo, com relação a atividade da alma como um movimento essencial para a representação. Isso significa dizer que todos os impulsos são atos decorrentes do assentimento⁸. Essa afirmação aponta para duas conclusões fundamentais para a sustentação da tese compatibilista entre determinismo e liberdade: primeiro para a relação intrínseca entre lógica e ética que converge para a responsabilidade do homem por todos seus desejos e conseqüentes atos. Segundo, para a síntese, na *phantasia*, entre o sensível e o inteligível, descaracterizando dessa forma a oscilação entre objetivismo e subjetivismo.

O homem, como já mencionamos anteriormente, possui a capacidade inata, que se funda na lógica⁹, de estabelecer conexões, isto é, articular pensamentos, a partir das impressões recebidas para, assim, formular conceitos que determinarão seu modo de agir¹⁰. Considerando a relação intrínseca entre a natureza e o homem, podemos inferir que ele, através de seu poder de articulação de pensamento, teria os meios para formular sentenças que refletiriam os eventos cósmicos naturais. Logo, constituindo uma ciência do sensível, estabeleceram que o saber consistia não apenas em leis gerais, mas em proposições singulares. Com isso, identificamos que o processo cognitivo opera-se não como um mero resultado de um processamento mental, mas a partir de uma total integração

⁸ SVF III, 171

⁹ Estamos usando o termo *lógica* no sentido de lógos, ou seja, no sentido de uma totalidade integradora e não apenas, embora também inclua, no sentido de uma operação de relações mentais de conceitos, noções enquanto significados. Os estóicos não reduziram a lógica a um processo específico de operatividade, isto é, de um raciocínio racional. O lógos era um elemento primeiramente identificado à natureza e totalmente integrado ao universo, possibilitando através dessa total integração a compreensão. Portanto, o lógos racional representa o lógos não integrado ao lógos universal. O lógos lógico representa o lógos totalmente integrado ao lógos universal.

¹⁰ Esse processo de conhecimento pode ser ilustrado por uma passagem no *Acadêmicos II* de Cícero, 145 (LS 41 A) em que Zenão demonstra a aquisição do conhecimento através de gestos.

entre o lógos do homem e o lógos do universo, este, imanente e precipitador de toda a realidade. Dessa integração resulta a compreensão (*kathalépsis*) através do assentimento da impressão ocorrida na alma¹¹. Portanto, o ato de compreender o efeito da impressão de um objeto exterior na alma consiste, para os estoícos, em uma forma de julgamento, isto é, um assentimento ou não à impressão¹². Assim sendo, cabe-nos perguntar quais são os critérios desse julgamento.

Para a filosofia do antigo Pórtico, as impressões que ocorrem na alma podem ser tanto verdadeiras quanto falsas. Ou seja, qualquer impressão recebida pelo homem, em suas condições mentais normais¹³, processa-se como uma atividade lógica, representando o objeto da impressão através de um julgamento que a considerará verdadeira ou falsa. A faculdade de assentir ou não a uma impressão refere-se ao julgamento do valor dessa impressão. Como já vimos, o assentimento que é postulado, denuncia que algo se impôs a alma. A partir do exercício da alma para conhecer as condições dessa impressão, processa-se o assentimento ou não. O assentimento que provém da integração entre o lógos universal e o lógos do homem qualifica a representação de *kathaleptiké*, termo traduzido por compreensiva. A estrutura desse assentimento consiste em uma estrutura de encontro, tanto de diferenças quanto de identidade, isto é, o lógos universal e o lógos do homem são diferentes e idênticos. Como a palavra *compreensiva* indica uma função, temos que, compreender significa produzir, através da percepção, o assentimento verdadeiro. A representação compreensiva é o critério para o julgamento verdadeiro¹⁴. Trata-se da configuração da presença de algo na alma e de seu empenho para assenti-la como evidente, uma vez que são muitas as percepções que recebemos na alma. Crisipo nos diz que não devemos assentir a todas as percepções sem um árduo trabalho da alma¹⁵. Quando o objeto não é capturado plenamente, isto é, quando não há uma representação cataléptica, não há o conhecimento rigoroso do objeto e, com isso, o homem ficaria sujeito ao erro. Logo, toda

¹¹ Para Zenão, esse assentimento decorre de uma representação formada a partir do objeto. Essa representação é tal que, não poderia ocorrer se o objeto não existisse (Cic. *Acd II*, 18 – LS 68 U). Logo, não há nenhum conceito a priori; um conceito é uma imagem no pensamento (DL VII 61). E, qualquer “afecção” requer um “agente” correspondente como causa. Mas isso não significa dizer que toda impressão será uma clara indicação do objeto, pois também pode ser produzida por uma mentalidade anormal, sob o ponto de vista de saúde mental, sem nenhum “agente” correspondente. Nesse caso, corresponderia a um pensamento fantasioso (*phantasma*).

¹² SE CM VII 245 (LS 39 G)

¹³ SE CM VII 424 (LS 40 L)

¹⁴ SVF I 61, 66 e 68

¹⁵ SVF II 83

falsidade decorreria da *phantasia* qualificada como *akataleptos* que indica uma apreensão do mundo exterior, desprovida de uma busca pela compreensão apropriada sobre aquela apreensão, isto é, justamente o não cumprimento da função que produz a compreensão verdadeira. E isso não significa dizer que haja na alma uma parte ilógica, alógos. Mas que o lógos humano pode não estar em consonância com o lógos universal e, portanto, sujeito a erros de julgamento, isto é, implica em uma impressão de que não há erros, pois caso contrário, não haveria o julgamento errado. Essa não integração não faz do lógos do homem um alógos, mas sim um lógos racional não integrado ao lógos universal. Essa condição humana, comum e distante do ideal de sábio estóico, obriga ao homem um constante empenho no assentimento ou não das representações que a ele chegam. É importante ressaltar, no entanto que, na doutrina estóica, somente a representação compreensiva garante a verdade, trata-se do critério de verdade:

Existem dois tipos de representações: uma compreensiva que capta imediatamente a realidade, e a outra, não-compreensiva que capta a realidade com pouca ou nenhuma distinção. A primeira, que eles definem como critério da realidade, é determinada pelo existente, conforme o próprio existente e é impressa e estampada na alma. A outra não é determinada pelo existente ou, se procede do existente, não é determinada conforme o próprio existente não é, pois, nem clara nem distinta (DL VII 46. Cf. SVF II 25, 15).

A impressão registrada na alma ocorre espontaneamente a partir da ação dos objetos sobre os sentidos humanos e, o assentimento ou não é dado a partir da integração com lógos universal que perpassa todas as realidades, isto é, tanto a dos objetos que provocam as impressões quanto a das representações geradas pela alma.

Diante dessa total integração entre o lógos presente na alma humana e o lógos da *phýsis*, temos que tendo atingido esse grau máximo de consonância com o cosmos, o pensar humano é classificado como perfeito, posto estar em plena harmonia com o todo universal. No entanto, o homem, aquele que ainda não atingiu o desenvolvimento de suas potencialidades de modo pleno, está sujeito a sofrer o inverso dessa integração, e ter transtornada a força de seu lógos. Esse lógos, responsável pela articulação que elabora o assentimento à representação, classificada de compreensiva, se frágil em seu comprometimento, não estará em condições de analisar as circunstâncias da representação recebida e do assentimento a ser dado ou não. Ora, visto que a alma é esse campo de forças variadas, o correto julgamento que gera o assentimento qualificando a representação de compreensiva, torna-se fundamental. Porém, os impulsos que por ventura

venham a driblar a atenção do julgamento reto, enfraquecendo o *lógos*, só poderão ser controlados a partir dos conhecimentos que deles se fizer. Isso posto, temos que as forças atuantes na alma, sejam elas *logistikón* ou *hormetikón*, constituem o homem e estão o tempo todo agindo e fazendo do homem o que o homem é. Portanto, não cabe a ele eliminar nenhuma parte mas antes conviver, lidar, jogar com todas, sendo esse todo integrador de forças atuantes em busca da eudaimonia.

Com isso, podemos concluir que o assentimento, assim como as impressões, é também espontâneo? Ou seja, o assentimento é posto em nós ou depende daquele que recebe a impressão? Ou ainda, do assentimento podemos compreender a tomada de consciência de algum objeto ou a interpretação, acerca da impressão, que se realiza através da articulação do pensamento? Este é um ponto muito importante para a discussão de nosso par conceitual, determinismo e liberdade e, igualmente, difícil de compreender na lógica estóica. Segundo Zenão, existe um tipo de representação que garante a veracidade do objeto. Esta representação, qualificada de compreensiva e que consiste no critério de verdade, é um presente da natureza¹⁶. Ainda de acordo com o fundador da *Stoa*, o assentimento decorre de uma representação formada a partir do objeto e, essa representação é tal que não poderia ocorrer se o objeto não existisse¹⁷. Assim, a força e a evidência de uma representação naturalmente conduzem ao assenso e, conseqüentemente, à representação compreensiva¹⁸. Da mesma maneira, quando damos o assentimento a uma representação, significa que estamos diante de um objeto real. Portanto, a espontaneidade estaria pressuposta em função da correspondência entre o objeto real e a representação compreensiva, indicando a necessária harmonia entre natureza e verdade. Mas para os céticos, maiores antagonistas do estoicismo, o problema reside justamente na possibilidade de, sem equívocos, assentir-se a uma representação em função de sua correspondência à realidade do objeto. Aliás, para os céticos, o julgamento de valor, independente de que natureza fosse, espontâneo ou não, não era possível. É bem verdade, como talvez possa parecer, que os estóicos não entendiam o *lógos* como tendo uma função reguladora, essa, claramente, é uma idéia moderna de *lógos*. Para eles, o *lógos* universal, que tudo sabe, naturalmente provoca as impressões na alma e suas representações correspondentes por dois motivos: primeiro porque os homens são dotados

¹⁶ CÍCERO, *Primeiros Acadêmicos* I 41-2 (LS 41 B)

¹⁷ CÍCERO, *Acadêmicos II* 18 (LS 68 U)

¹⁸ Cf. SVF I, 19, 31. Zenão cita a seguinte ordem: 1º visão, 2º assentimento, 3º compreensão.

de uma capacidade natural para discernirem o falso e o verdadeiro, indispensável para viver de acordo com a natureza e, segundo porque a faculdade do assentimento é naturalmente determinada para consentir às representações compreensivas¹⁹. Logo, é importante destacar que o assentimento não ocorre porque a representação é compreensiva, mas sim que ela é compreensiva porque nós admitimos o assentimento. Em outras palavras podemos dizer que é a certeza do valor objetivo da representação que a constitui clara e evidente²⁰. Se o ato da compreensão fosse atribuído à representação, ou seja, anterior ao assentimento, a representação seria por si ativa. Claro que isso ocorre, especialmente, no caso de haver a integração entre o *lógos* universal e o humano que, de modo natural, processa-se no sábio estóico. Logo, a indagação se o assentimento é posto em nós ou se depende daquele que o articula, não é um questionamento propriamente estóico uma vez que para eles já está pressuposta a integração homem-assentimento-natureza, e que, portanto, sendo o assentimento resultado de uma articulação ou sendo ele posto em nós, o resultado será, no caso de uma representação compreensiva, a espontaneidade da conformidade com a natureza.

Por que apenas no caso da representação compreensiva? Primeiro porque, para os estóicos, as pessoas em geral, e nem mesmo os sábios, podem ter a expectativa de apreenderem todos os objetos reais possíveis. O homem sábio pode, aliás, deve suspender o juízo no caso de a impressão não ser causada com clareza. Segundo, porque o assentimento a uma representação compreensiva corresponde ao processo educativo, ou seja, apenas o tempo e a experiência viabilizam o desenvolvimento de sua capacidade de discriminar precisamente as impressões recebidas. Isso significa dizer que a mera ocorrência de uma representação compreensiva não exime o homem do erro, pois dependerá diretamente de sua capacidade de reconhecer a verdade ou não. Em terceiro, para que claramente possa ser compreendido que somente objetos reais podem produzir clara e distintamente representações compreensivas. Logo, tendo a representação compreensiva como critério de verdade, o conhecimento é possível e, estando o homem em pleno gozo de suas faculdades mentais, ele tem a natural capacidade de discernir entre o verdadeiro e o falso. E este, de acordo com a doutrina estóica, caracteriza-se como o movimento inicial

¹⁹ SE CM VII 259 (LS 40 K) “A natureza nos deu a função sensorial e a representação que dela provém”

²⁰ SE CM VIII, 397. SVF II 30

determinante para afirmar a compatibilidade entre o determinismo e a liberdade a partir da total integração entre o homem e a natureza.

Referências bibliográficas

ARNIM, Von. *Stoicorum Veterum Fragmenta*. 4Vols. New York: Irvington, 1986.

CÍCERO. *Primeiros Acadêmicos*. In: LONG, A. A. & SEDLEY, D. N. *The Hellenistic Philosophers*. Vol. I e II. Cambridge. Cambridge University Press, 1987.

_____. *Acadêmicos II*. In: LONG, A. A. & SEDLEY, D. N. *The Hellenistic Philosophers*. Vol. I e II. Cambridge. Cambridge University Press, 1987.

DIÓGENES LAËRTIUS. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Trad. Mário da Gama Cury. Brasília. UnB, 1987.

LONG, A. A. & SEDLEY, D. N. *The Hellenistic Philosophers*. Vol. I e II. Cambridge. Cambridge University Press, 1987.

SEXTO EMPÍRICO. *Contra os matemáticos*. In: LONG, A. A. & SEDLEY, D. N. *The Hellenistic Philosophers*. Vol. I e II. Cambridge. Cambridge University Press, 1987 e In: ARMIN, Von. *Stoicorum Veterum Fragmenta*. 4 vols. New York: Irvington, 1986.